

## A CRECHE COMO UM DIREITO DA PRIMEIRA INFÂNCIA: DESAFIOS E INFLUÊNCIAS

Ana Sara Amorim da Silva<sup>1</sup>  
Maria Paula Alves Araújo<sup>2</sup>  
Vitória Caroline Lima Barros<sup>3</sup>

### RESUMO

Neste trabalho ressaltamos o direito à creche para todas as crianças na primeira infância, sem quaisquer restrições. O estudo se dá a partir de um breve recorte sobre a contextualização sócio-histórica da concepção de infância e da creche na sociedade brasileira, a fim de promover uma melhor compreensão acerca dessa instituição que primordialmente pertencem a uma natureza filantrópica e assistencialista, sem finalidades educativas. Assim, como metodologia utilizamos a pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo, com o método entrevista com uma professora que atua na creche, com o propósito de entender qual a visão da docente acerca da educação infantil, além de entender quais os principais desafios que ocorrem no cotidiano da instituição. O artigo tem como base os estudos de autores como: Haddad (2016), Cartaxo (2013), Kramer (1995), Baudelot e Breauté (1979) e entre outros pesquisadores para um entendimento aprofundado acerca da temática e investigação dos relatos fornecidos pela entrevistada. Contamos com o suporte de documentos oficiais como: a Constituição Federal (1988), a LDB (1996) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Segundo os resultados atingidos, entende-se que a creche se tornou um espaço legítimo para a educação e o cuidado de crianças, porém, ainda são muitas as barreiras que impedem com que o direito da criança seja efetivado com qualidade.

**Palavras-chave:** Infância, Creche, Direito, Educação.

### INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo ressaltar o direito à creche para todas as crianças na primeira infância, conforme o artigo 29 da Lei n. 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 estabelece que: “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. Assim, a creche é uma instituição educativa que atende a um público variado, de diversas

---

<sup>1</sup> Graduanda em Pedagogia (UFAL), e-mail: ana.amorim@cedu.ufal.br

<sup>2</sup> Graduanda em Pedagogia (UFAL), e-mail: maria.paula@cedu.ufal.br

<sup>3</sup> Graduanda em Pedagogia (UFAL), e-mail: vitoria.barros@cedu.ufal.br

culturas, etnias e religiões, no qual a maior parte do público atendido pertence a classes sociais baixas e de pouco poder aquisitivo.

É de conhecimento geral os inúmeros benefícios proporcionados pelas creches para as famílias brasileiras, como: alimentação, higiene, atendimento médico, cuidados preventivos contra a mortalidade infantil e desnutrição, além de atividades pedagógicas com fins educativos. Primordialmente, a creche era vista apenas como um espaço para atender aos filhos de famílias de baixa renda, composta por trabalhadores, sobretudo, de mães que necessitavam de trabalho para sustentar seus filhos, onde por muitas vezes se submetiam a trabalhos abusivos com baixas remunerações e horários extensos.

É direito de todas as crianças frequentarem as instituições de educação infantil, mas, a ausência de recursos financeiros, de segurança, de alimentação e de materiais didáticos é insuficiente para dar prosseguimento ao ano letivo, gerando grandes desafios para todos que compõem a comunidade escolar. Desse modo, realizou-se uma pesquisa no CMEI Luis Abílio de Souza Neto, a fim de coletar informações sobre a realidade vivenciada nesta creche localizada no conjunto Benedito Bentes II, na cidade de Maceió, que atende a crianças provindas de famílias carentes da comunidade.

O interesse em pesquisar sobre o tema no campo da primeira infância surgiu por meio da disciplina obrigatória do curso de Pedagogia, intitulada como Saberes e Didática da Educação Infantil II, na Universidade Federal de Alagoas, que estuda as diversas concepções pedagógicas e teorias relacionadas à Educação Infantil, bem como, as leis direcionadas para essa etapa e os direitos das crianças. No decorrer da disciplina, percebendo a relevância desta discussão sobre a creche como um direito para a primeira infância, decidimos pôr em prática a nossa pesquisa. Esse artigo, então, é realizado com a pretensão de evidenciar a urgência em melhores qualidades para as creches e pré-escolas, embora muito já tenha sido conquistado, ainda não é o suficiente para uma educação de excelência.

Nessa perspectiva, realizaremos uma breve análise do percurso histórico da educação infantil, pois no que se refere à creche, é notório uma carência de pesquisas sobre o tema, expondo, portanto, um aspecto impulsionador para a elaboração da pesquisa com a intenção de rescindir protótipos preconceituosos acerca da creche, ressaltando as suas influências e contribuições para o desenvolvimento infantil.

A creche em sua origem está associada aos ideais filantrópicos, com a finalidade de ocupar a ausência dos cuidados maternos devido ao carecimento de trabalho por parte da família e para dar assessoramento no crescimento das crianças. Nessa etapa inicial, a creche está vinculada à miséria e ao abandono de crianças esquecidas pela sociedade. Segundo

Baudelot e Breauté (1979), nos países europeus e norte-americanos, as creches surgiram em meados do século XIX, com o propósito de dar suporte às classes populares. A creche era vista como um espaço de ações paliativas, sendo reconhecida como um ato de caridade que deveria ser realizado pelas mães.

No Brasil, a creche surge em meados do século XX juntamente com o crescimento do capitalismo e da urbanização, com a alta demanda de mão de obra trabalhadora nos grandes centros urbanos. Essa forma de atendimento é de cunho assistencialista, onde não era requerido o profissional ter uma formação docente. Nessa perspectiva, a creche sofria discriminações e precariedades, no qual não obtinha o reconhecimento no âmbito político legislativo e a ausência da criação de políticas públicas para a ampliação de vagas. Ao analisarmos essa escassez, notamos o árduo caminho percorrido para atingir o reconhecimento da instituição de educação infantil como um espaço apropriado para a efetivação dos direitos dos bebês e das crianças.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010):

A proposta pedagógica das instituições de educação infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança. Ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.

Assim, este trabalho divide-se em Introdução; onde iniciamos com informações essenciais sobre a origem da creche e os desafios enfrentados; Metodologia, onde declaramos uma pesquisa bibliográfica através de uma abordagem qualitativa com o método entrevista; Referencial Teórico, citando as renomadas autoras de extrema relevância para uma melhor reflexões acerca da educação infantil como Haddad (2016), Simone Cartaxo (2013) e Krammer (1995), Baudelot e Breauté (1979); Resultados e Discussão, neste tópico expomos as informações adquiridas por meio da entrevista, refletindo sobre os impasses e a importância da creche na promoção da dignidade humana desde a etapa da infância; Considerações finais, apresentamos nossas conclusões acerca da pesquisa realizada, bem como agradecimentos e referências bibliográficas utilizadas nesse estudo.

## **METODOLOGIA**

A metodologia de pesquisa foi do tipo bibliográfico, tendo como foco a análise científica de obras já divulgadas, proporcionando a ascensão de novas descobertas, e o enriquecimento

científico, que está existente em todo campo da ciência. Prodanov e Freitas (2013, p. 54) afirmam: “Na pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar”. Por nos conceder um olhar mais totalizante e investigativo, foi utilizado o procedimento bibliográfico com entrevista, visando à entrevista como processo de investigação, atribuindo uma visão mais ampla sobre os estudos acerca da infância e o direito da criança.

Ocorrer esse estudo com abordagem de teor bibliográfico nos coloca como pesquisador, se apropriando e enriquecendo os estudos que concerne o tema, baseando-se em teorias já publicadas. Segundo Fonseca (2002, p. 32):

“[...]a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. (FONSECA, 2002, p. 32).”

Para secundar nosso estudo, também realizamos uma estrutura de natureza qualitativa ligada ao método entrevista, onde ocorreu uma troca relevante com a Docente Euza Lisboa, profissional atuante na Creche Municipal de Educação Infantil Luís Abílio de Souza Neto. Procuramos levantar alguns pontos acerca da realidade enfrentada no cotidiano das crianças na creche, buscando um conhecimento prévio sobre as dificuldades enfrentadas no âmbito educacional.

As entrevistas foram efetivadas após a assinatura do termo de compromisso e carta de apresentação, foi articulada a partir de questões centrais, pautando enriquecer nosso conhecimento de acordo com realidades vividas. Segundo a definição de Lüdke e André (1986), a entrevista aberta e semiestruturada consente uma maior interatividade com os sujeitos, consistindo num diálogo claro entre o pesquisador e o indivíduo integrante.

Desenvolvemos um script de questionamentos que buscam compreender: quais os principais desafios enfrentados no cotidiano da educação infantil; conhecer a visão da docente em relação ao que lhe impulsionou ao ingressar nessa área, e, sobretudo, investigar quais concepções de creche são notadas nos relatos da entrevistada. Ademais, nossa sondagem foi constituída com o suporte de documentos norteadores do âmbito educacional para verificarmos as diferentes funções da creche no decorrer dos anos.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Quando discorremos sobre a concepção de infância, não devemos aludir a esse estágio da vida humana como algo intangível, mas sim como um período de descobertas, mudanças e processos de desenvolvimento integral. Além disso, é na infância que ocorre a construção da identidade do sujeito, pois é nessa fase que as experiências vividas contribuem para a formação de visão de mundo e personalidade.

Segundo Cartaxo (2013), a definição de infância está relacionada ao tempo e ao espaço em que cada um vive e a um contexto social. Em vista disso, é válido fazermos uma breve reflexão sobre o conceito de infância tendo por base alguns dados históricos. Nesse viés, para Cartaxo (2013 *apud* Kramer, 1995):

“[...] a análise das modificações do sentimento de infância é feita à luz das mudanças ocorridas nas diferentes formas de organização social, possibilitando a compreensão do presente, em que a criança é estudada não como um problema em si, mas sim compreendida segundo uma perspectiva do contexto histórico em que está inserida.”

Dessa maneira, a concepção de infância sofre influências dos diversos contextos que se modificam conforme as condições sociais, culturais e econômicas. Para Philippe Ariès (1981), na sociedade medieval, as crianças não tinham direito à educação escolar, devido à inexistência do sentimento de infância. Assim, a educação estava relacionada ao catolicismo, a igreja era a grande responsável por educar e transmitir conhecimento. As crianças eram iguais aos adultos, sendo obrigadas a trabalhar e executar os mesmos serviços, sem importar-se com o seu crescimento e saúde física.

A partir do século XX, a infância passou a ser vista com novos olhares, como um estágio imprescindível na vida de todos os sujeitos. É nessa época que a sociedade compreende a infância como a primeira fase do desenvolvimento humano, caracterizada por diversas transformações. A partir desse momento, a sociedade é capaz de diferenciar o mundo dos adultos e o universo infantil, assim, podemos distinguir que o conceito de infância é formado no decorrer da história.

No Brasil, os direitos das crianças e das famílias tornam-se urgentes no século XX, devido à carência de mão de obra feminina, a criança que antes recebia os cuidados de suas mães, passou a necessitar de um atendimento fora do ambiente familiar. Assim, houve uma grande ânsia na promoção da legitimidade das instituições de educação infantil, assim como dos direitos da criança à educação. De acordo com Haddad (2016, pág. 33):

“[...] a educação através da creche e pré-escola vinculada aos direitos da criança e não da mãe trabalhadora ou da família pobre, fator tradicionalmente responsável por negligenciar as características específicas das crianças nesses programas.”

Nesse sentido, a introdução da creche no sistema educativo colabora para importantes propostas no âmbito político nacional com o intuito de suprir as carências nas ações designadas para crianças na faixa etária de 0 a 6 anos, apresentando a superação da natureza assistencialista perante a sociedade. Dessa forma, foram criadas diretrizes voltadas para os programas de creches e pré-escolas, sobretudo em 1922, quando foi realizado o primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, acontecimento que reconheceu a necessidade da criação de programas sociais para crianças como intervenção para os imbrólios comunitários.

Na década de 1930, durante o governo Vargas, ocorreram diversas mudanças no contexto nacional e internacional, por meio da criação do Estado Novo que possibilitou novos investimentos por parte das organizações destinadas aos temas de saúde, política e educação. Segundo as pesquisas de Kramer (1995), em 1933 ocorreu o Segundo Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, que propiciou operações de assistência infantil como a construção de escolas maternais, jardins de infância e lactários. Nesse cenário, a criança começou a ser vista como o sujeito do futuro, e assim deveria receber cuidados essenciais ao seu desenvolvimento.

Segundo Haddad (2016), a creche progrediu muito no Brasil nas últimas décadas, com a ajuda de diversas organizações sociais como o Movimento de Luta por Creches (MLC), movimentos feministas e grupo de docentes que passaram a solicitar creches e pré-escolas como um direito à educação das crianças de todas as classes sociais. A creche também foi uma conquista oriunda das lutas dos operários que se manifestaram em prol de melhores condições de serviço.

Com a redemocratização do Brasil em meados de 1980, a educação infantil ganhou destaque no campo legislativo. A Constituição Federal de 1988 expõe uma nova perspectiva para o direito da criança à educação e determina atendimentos em creches e pré-escolas, interligadas não apenas ao assistencialismo, mas também aos propósitos educativos. Além disso, estabelece direitos sociais inalienáveis, bem como a proteção à infância e ao adolescente. Conforme determina o artigo 227, Capítulo VII:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária,

além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” (Brasil, 1988)

No decurso da década de 1990, o Ministério da Educação (MEC) desempenhou várias discussões para uma nova idealização de educação para as crianças de 0 a 6 anos, por meio de seminários e conferências com a participação de várias esferas da sociedade. Portanto, mediante os debates, a legislação brasileira foi reformulada com o objetivo de conjecturar um melhor auxílio para a criança e à educação. Em vista disso, foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ainda em 1990, que declara em seu art.4, o direito ao atendimento às crianças de 0 a 6 anos em creches e pré-escolas, ratificando os mecanismos da Constituição.

De acordo com os estudos de Cartaxo (2013), com a origem da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1996, emergiu um conceito de educação infantil voltado ao sistema educacional por completo. Assim, com a LDB/1996, as convicções de pré-escola e creche foram reestruturadas a fim de desatar a visão hostil predominante na sociedade brasileira. Neste enquadramento, a criança é analisada como um todo para articular o seu processo de desenvolvimento nas instituições de educação infantil e pré-escola com o apoio do poder público e de seus familiares.

Paulatinamente, a sociedade vai configurando um novo significado de creche, passando a superar o conceito de mal necessário e a repensar sua aplicabilidade. É válido enfatizar a relevância dos avanços históricos, e que cada período foi crucial para compreendermos o trajeto da instituição de educação infantil no Brasil. Os movimentos populares em prol do direito da criança à educação contribuíram no reconhecimento da creche como uma instituição legítima para atender a todos os segmentos sociais, como um direito da criança e das famílias.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A entrevista foi efetivada no CMEI Luis Abílio de Souza Neto localizado no Conjunto Benedito Bentes II, cidade de Maceió/AL, que dispõe de modalidades de educação infantil, creche e pré-escola, para crianças de até 5 anos de idade. Além disso, a instituição oferece serviços como: atendimento psicossocial, alimentação saudável e atividades educativas. Contamos com a ilustre participação da professora Euza Lisboa que possui 24 anos de docência, as perguntas realizadas foram baseadas em estudos que enfatizam a importância do

direito da criança, assim como as influências e os desafios enfrentados no cotidiano dos centros municipais de educação infantil.

**Figura 1.** Entrada do CMEI.



Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

A pretensão de efetuar entrevistas com uma docente ativa na creche foi imprescindível para responder aos anseios discorridos na pesquisa aqui exibida. Portanto, examinaremos a conversação com a entrevistada, a fim de contemplar seus discursos através das seguintes categorias de investigação: desafios para garantir um atendimento de qualidade às crianças, e, a concepção de educação infantil no cenário atual. No momento inicial da pesquisa, intencionamos compreender a realidade da creche, e questões pertinentes às dificuldades no funcionamento da instituição e do trabalho pedagógico. Iniciamos com a seguinte pergunta: “Quais os principais desafios enfrentados no CMEI atualmente?”

Euza Lisboa: O professor por muitas vezes é o mantenedor dos projetos na parte financeira, pois a remuneração recebe o gatilho salarial mais baixo durante anos a fio. As pastas da educação estão sendo desviadas desde o Distrito Federal. Então, os alunos têm menos alimentos na mesa da escola. Além disso, a ausência de recursos didáticos, a insuficiência de merenda e a falta de comunicação entre a direção e os pais também são problemas que enfrentamos. (EUZA. Entrevista concedida em 25/07/2023)

Diante dessa fala, constata-se algumas das diversas dificuldades enfrentadas pelo corpo docente e por toda a comunidade escolar que atua nesta creche. A escassez de recursos didáticos e a falta de alimento para as crianças nos revela que o direito a uma educação de qualidade social ainda não é efetivado com excelência. Além disso, nota-se uma precarização do piso salarial dos professores, fator que corrobora para a desvalorização profissional.

Muitas crianças apresentam privações de ingresso e permanência na educação infantil, é uma realidade que não condiz com o que está determinado na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Nesse sentido, Rossi (2018, p. 331), afirma que: “ Ao tratarmos da questão da educação, ou da falha educação dos brasileiros, precisamos reconhecer que o problema assola sobretudo a parcela mais pobre da população, a qual não possui acesso à uma educação de qualidade”.

É válido ressaltar que a escassez do atendimento em creches prejudica diretamente a vida das crianças, visto que, o direito aos cuidados essenciais ofertados por estas instituições estão sendo limitados. Conforme Saviani (2013, p.126), “[...] o não atendimento deste direito importa na responsabilização da autoridade competente, então a área jurídica, de modo geral, e o Ministério Público, em particular.”. Assim, convém a exigência da admissão de políticas públicas exclusivas ao campo da creche.

No espaço pesquisado, além das dificuldades expostas na entrevista, destaca-se o desvio das funções dos profissionais da educação infantil, onde por muitas vezes assumem papéis cabíveis aos pais. Nesse sentido, realizamos o seguinte questionamento: “ O que te levou a ingressar nessa área? E como seria a sua visão com a mudança da educação infantil no cenário atual?”. De acordo com a entrevistada Euza Lisboa:

É um campo de trabalho que não é linear. Estou sempre aprendendo dentro e fora da sala de referências, mas Paulo Freire me inspirou numa frase: “ Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. Daí, eu me lancei nessa busca de fazer a diferença. Neste instante digo e afirmo com convicção que professor é um cargo social, ou seja, a profissão social. Todavia, a educação infantil antigamente não era concebida como ambiente apropriado para a formação de crianças pequenas. Hoje essa prática trás o aluno como ponto central aguçando a cognição, motricidade, inclusão, e outros. Essas abordagens transformadoras ultrapassam e quebram todas as barreiras do passado, onde a criança aprende brincando, perguntando, resolvendo problemas, jogando, cantando, fazendo reconto, atuando as histórias preferidas.(EUZA. Entrevista concedida em 25/07/2023)

Esses relatos foram relevantes, pois é perceptível na fala da professora entrevistada a dedicação em seu trabalho com o foco no desenvolvimento integral das crianças e na evolução de habilidades físicas e cognitivas. Assim como Paulo Freire, a docente acredita no poder transformador de realidades por meio de uma educação pautada na pluralidade, conceituando as brincadeiras e as interações como pilares essenciais na educação para a primeira infância.

Em frente a obrigatoriedade do ingresso de crianças em creches e pré-escolas, conseguimos analisar que muitos são os obstáculos da Educação Infantil na contemporaneidade. Embora o reconhecimento por parte do poder público tenha sido efetivado, ainda não é o suficiente para consolidar todos os direitos do campo educacional e outros estabelecidos por leis para todas as crianças brasileiras que são consideradas como sujeito de direitos e atores sociais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Perante o exposto, consideramos ser de extrema importância para este artigo a veracidade de investigarmos a realidade de uma creche inserida na comunidade para evidenciar os desafios enfrentados cotidianamente. A partir das análises levantadas conseguimos compreender que a concretização dos direitos dos bebês e das crianças pequenas não está sendo exercida com qualidade. É preciso prosseguir na defesa das pesquisas acerca da Educação Infantil e no empenhamento de políticas públicas que determinem as crianças como indivíduos de direitos ativos, assim como na formação continuada dos profissionais inseridos em creches, com a finalidade de expandir a visão sobre o espaço da creche como instrumento crucial à integridade humana desde a infância.

No cenário atual, a educação no Brasil ainda se encontra defasada, especialmente quando se trata da Educação Infantil. Apesar dos inúmeros movimentos e lutas realizadas ao longo dos anos, os obstáculos persistem quando averiguamos a realidade. A educação infantil que presenciamos ainda é sofrida e instável, ocasionando um grande contratempo para as famílias e crianças que dependem dessa assistência.

Em suma, é substancial que as políticas públicas voltadas para a Educação Infantil sejam materializadas e promovam para todas as crianças o amplo acesso a esta rede, visto que são ofertados cuidados preventivos que muitas crianças em situação de vulnerabilidade não possuem diariamente em sua realidade social. Deste modo, torna-se indiscutível a magnitude da criança pequena estar inserida na creche, em razão de haver um enorme avanço no seu



desenvolvimento, da mesma maneira que seu direito à educação estará sendo assegurado pelo Poder Público.

### **AGRADECIMENTOS**

Este artigo é dedicado a toda comunidade escolar do CMEI Luís Abílio de Souza Neto, em especial à professora Euza Lisboa que nos recebeu com prontidão para a realização de nossa pesquisa que se transformou em um artigo.

## REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL, MEC; CNE, CEB. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. **Resolução CEB-CNE**, v. 1, 2010.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069 de 13 julho de 1990.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9.394. Brasília, 20 de dezembro 1996.
- BAUDELLOT, Olga; BRÉAUTÉ, Monique. Les crèches, ses objectifs, son evolution recente. **Cahiers du CRESAS**, v. 19, p. 209-238, 1979.
- CARTAXO, Simone Regina Manosso. Pressupostos da educação infantil. **Curitiba: Intersaberes**, 2013.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- HADDAD, Lenira. **A creche em busca de identidade**. Editora CRV, 2016.
- KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.
- ROSSI, Danilo Valdir Vieira. **Do ativismo judicial na formação de políticas públicas: a falta de vagas em creches**. Direito à educação e direitos na educação, p.327, 2018
- SAVIANI, D. A educação na Constituição Federal de 1988: avanços no texto e sua neutralização no contexto dos 25 anos de vigência. **RBPAE**, v. 29, n. 2, p. 207-221, 2013. Disponível em: . Acesso em: 06 jun. 2023.